



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE GESTÃO, CONTROLE E NORMAS

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PELA AUTORIDADE
SUPERIOR**

Processo nº 00170.000435-/2013-25 - Concorrência nº 001/2013-SECOM

Recorrentes: CDN Comunicação Corporativa Ltda., FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.

Conforme previsão no § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93 e no subitem 8.5 do Edital, o Secretário de Gestão, Controle e Normas, na sua competência de Autoridade Superior para decisão sobre o julgamento dos recursos e impugnação aos recursos da Concorrência nº 001/2013-SECOM, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação, para a realização de assessoria em planejamento estratégico de comunicação, no relacionamento com a imprensa internacional e em relações públicas no exterior, passa a decidir:

I - RELATÓRIO

Trata-se de recursos administrativos e impugnações aos recursos interpostos pelas empresas **CDN Comunicação Corporativa Ltda., FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.**, que, irresignadas com o resultado de classificação do julgamento das Propostas Técnicas da Concorrência nº 001/2013 promovida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, requereu à Comissão Permanente de Licitação (CPL), a revisão de sua decisão para obter a alteração da pontuação a elas estabelecida.

De acordo com o estabelecido pelo regramento legal e pelo edital os recursos e impugnações aos recursos foram encaminhados à Subcomissão Técnica, que exarou seu posicionamento na Análise de Recursos Administrativos e Contrarrazões (fls. 3088/3114), concluindo, em apertada síntese, que sejam mantidas as pontuações originais das empresas **FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.** e “seja reformada a decisão original atribuída à licitante CDN Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda., consignada no Anexo I – Relatório do Julgamento das Propostas, relativa ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.1 – Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização, revisando-se o conceito

originalmente aplicado de “Inadequado” para “Parcialmente Adequado”, em consonância com o exposto nos itens 15.3 e 15.5 deste documento, dando provimento parcial ao pleito constante das alíneas “e” e “f” do item 2 deste documento”.

Com a análise da Subcomissão ficou alterado o cenário da referida concorrência, passando a vigorar novo quadro de pontuação técnica:

QUADRO RESUMO DA PONTUAÇÃO FINAL				
QUESITOS	LICITANTES			
	Llorente	FSB	Informe	CDN
1) Raciocínio Básico	18	25	18	25
2) Solução de Comunicação	15	35	32	35
3) Relação Custo Benefício	00	05	00	08
4) Capacidade de Atendimento	28	30	30	30
TOTAL	61	95	80	98

Impende ainda consignar que, conforme Decisão de Recurso Administrativo (fls. 3161/3162), a Comissão Permanente de Licitação acompanha o posicionamento da Subcomissão Técnica, e conclui sua manifestação em “**MANTER** a pontuação das empresas FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA. e INFORME COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/S LTDA, cuja pontuação final foi de 95 e 80 pontos, respectivamente e **REFORMAR** a pontuação da empresa CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA., para **98** pontos.”

Conclusão

Ante o exposto, se vislumbra motivo juridicamente plausível para a revisão da pontuação da Proposta Técnica da empresa **CDN Comunicação Corporativa Ltda.**

Assim, considerando o disposto no § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e os atos todos da licitação, a Administração está jungida ao cumprimento obrigatório das normas e condições do edital, ao teor do art. 41 da Lei nº 8.666/93;

Considerando que a Subcomissão Técnica e a CPL, na reanálise das Propostas Técnicas das Recorrentes e Impugnantes observaram estritamente os comandos insertos no Edital de Licitação da Concorrência nº 001/2013-SECOM;

Considerando que a decisão da CPL, ao acolher o Recurso Administrativo interposto pela **CDN Comunicação Corporativa Ltda.**, está suportada nas normas dos art. 43 da Lei 8.666/93.

Não há, portanto, mérito que leve a desconsiderar a fundamentação apresentada pela empresa **CDN Comunicação Corporativa Ltda.**, encontrando suporte legal para reformar a decisão da CPL exarada em 23 de junho de 2014.

Quanto aos reclames das empresas **FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.**, não se vislumbra motivo juridicamente plausível para a revisão da pontuação de suas Propostas Técnicas.

Assim, considerando o disposto no § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e os atos da Concorrência nº 001/2013 - SECOM, a Administração está obrigada ao cumprimento obrigatório das normas e condições do edital, ao teor do art. 41 da Lei nº 8.666/93;

Considerando que a Subcomissão Técnica e a CPL, na reanálise das Propostas Técnicas das Recorrentes e Impugnantes observaram estritamente os comandos insertos no Edital de Licitação da Concorrência nº 001/2013-SECOM;

Considerando que a decisão da CPL, ao **não** acolher os Recursos Administrativos interpostos, está suportada nas normas do art. 43 da Lei 8.666/93.

Não há, portanto, mérito que leve a reformar a decisão da CPL, quanto a pontuação das Propostas Técnicas das empresas **FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.**, exarada em 23 de junho de 2014.

II - DECISÃO:

Conhecer os Recursos Administrativos interpostos pelas empresas **FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.**, para, no mérito, negar-lhes provimento.

Conhecer o Recurso Administrativo interposto pela empresa: **CDN Comunicação Corporativa Ltda.**, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

Acolher decisão da CPL como fundamentos de fato e de direito para esta decisão;

Alterar o resultado de classificação das Propostas Técnicas publicado no Diário Oficial da União, de 23 de junho de 2014, quanto ao julgamento da Proposta Técnica da **CDN Comunicação Corporativa Ltda.**;

Determinar à CPL que adote providências no sentido de que as Recorrentes sejam informadas do resultado do julgamento dos presentes Recursos Administrativos.

Restituam-se os autos, conforme solicitação da Comissão Permanente de Licitação, à Coordenação de Licitação.

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Emerson Muzi
Secretário de Gestão, Controle e Normas